

"Você pode sair da rua, mas ela não sai de você": Pessoas LGBTQIA+ desabrigadas e a articulação da vida como "causa"¹

Fabricio Campos Longo da Silva²
PPGAS Museu Nacional/UFRJ

PALAVRAS-CHAVE: Direitos LGBTQIA+, Movimento Social, Abrigamento

Introdução

Era um dia ensolarado de novembro no Rio de Janeiro, daqueles quentes e úmidos que anunciavam um verão escaldante. Eu estava na porta do Albergue Mais Tempo LGBTI+ - David Miranda, o único abrigo municipal da cidade destinado especificamente à população LGBTQIA+³ em situação de rua, e – pelo menos até então – um dos espaços mais importantes para a minha pesquisa.

O abrigo está a apenas 300 passos de distância da minha casa e, por se tratar de uma grande conquista do ativismo LGBTQIA+ carioca, é frequentado por lideranças que conheço intimamente. Eu mesmo já tinha visitado o espaço algumas vezes, quando prestava serviços para a ONG Grupo Pela Vidda – RJ, então estava surpreso e frustrado com a dificuldade que vinha encontrando para acessar o local na ocasião, para meu próprio trabalho. Depois de alguns e-mails não respondidos e contatos via redes sociais ignorados, eu tinha ido ao abrigo algumas vezes e cheguei a ser recebido pela coordenadora em uma delas, mas a permissão para frequentar o espaço e fazer uma observação participante da rotina não veio.

Foi com essa sensação que saí pela porta naquele dia, percebendo que uma

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

² Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ. Currículo Lattes disponível em <http://lattes.cnpq.br/3943611053253328>.

³ Ao longo deste texto e também na tese, eu opto por utilizar a sigla de acordo com os contextos em que ela aparece. No caso de órgãos públicos, atualmente é utilizado apenas LGBTI+, enquanto ativistas procuram ser mais inclusivos e tendem a usar LGBTQIAPNB+ ou LGBTQIA+, que tenho preferido por ser o acrônimo utilizado atualmente por minhas interlocutoras. Em alguns momentos, para facilitar a leitura do texto, faço uso apenas de LGBT. Facchini (2020) comenta que o acréscimo ou a troca de ordem das letras no acrônimo que nomeia o sujeito político do movimento não tem relação apenas com as demandas das pessoas diretamente interessadas, uma vez que “há um conjunto de atores – gestores, técnicos de políticas públicas, ativistas, empresários, pesquisadores – envolvidos em processos políticos relacionados aos direitos desses sujeitos, e a sigla poderia variar de acordo com as relações entre tais atores” (p.33). Em citações e referências serão respeitadas as configurações escolhidas.

moça estava sentada na calçada quase em frente ao abrigo, protegida do sol pela sombra do prédio. Eu sabia que, graças à regra do albergue de que as pessoas acolhidas não poderiam permanecer na instituição durante o dia, aquelas que não tinham alguma ocupação ou destino ficavam circulando pelas proximidades, aguardando o horário de reentrada para o jantar e o pernoite. Então eu decidi que poderia falar sobre aquele abrigo sem necessariamente entrar nele. Falar sobre o espaço a partir da porta que me foi fechada, dos percursos traçados pelas ruas em seu entorno, da fila de pessoas que se forma todos os dias perto da hora do jantar.

Eu me apresentei à moça e falei da minha pesquisa, e ela prontamente se disponibilizou a contar um pouco de sua história, tanto para passar o tempo quanto para – segundo a própria – “ver se eu podia ajudar em alguma coisa”, pois “o abrigo não estava bom não”. Eu sorri e expliquei que não tinha poder para isto, mas que esperava que eventualmente o trabalho pudesse contribuir para as políticas de abrigamento, uma vez que os rumos de um texto publicado são sempre imprevisíveis. Eu sorri, também, porque ela me fez enxergar um caminho.

Alice tinha, então, 29 anos. Nascida em pernambuco, fugiu de casa ainda adolescente porque não era aceita pela família como uma mulher trans. Apesar de não ter sido expulsa, ela deixou claro que a maneira como era desrespeitada tornou o ambiente familiar insuportável, e que uma rede de amigas e conhecidas – também mulheres trans e travestis – foi indicando caminhos para que ela arrumasse trabalhos e abrigo, além de informações sobre o uso de hormônios e as possibilidades de assistência social e de saúde disponíveis no país. Eventualmente, ela recorreu à prostituição. Mas as “dificuldade da rua” e o uso de drogas a deixaram mais vulnerável, e a busca por oportunidades fez com que ela passasse por diversas capitais, até chegar ao Rio de Janeiro.

A história de Alice não era muito diferente dos diversos relatos que eu escutaria nos anos seguintes, durante o meu trabalho de campo. Contudo, naquele momento inicial, quando eu tentava traçar a melhor maneira de falar de um assunto tão amplo, seu relato sobre os problemas daquele abrigo – o horário limitado, a falta de ações de encaminhamento profissional, o tempo de permanência, etc – e do seu desejo de eventualmente procurar um local melhor, me iluminou. Ela sabia que podia buscar por serviços mais adequados às suas necessidades, e que o uso de determinados vocabulários e marcadores poderia encurtar seus caminhos.

Eu soube, então, que este trabalho seria sobre tais jornadas.

Florescendo em São Paulo

A Rede Brasileira de Casas de Acolhimento LGBTQIA+ (REBRACA LGBTQIA+) foi criada em 2020, no auge da pandemia da COVID-19, e eu primeiro ouvi falar dela enquanto trabalhava em minha dissertação de mestrado (LONGO, 2022), que teve como personagem principal a pluriativista transvestigênera Indianarae Siqueira, que hoje preside a associação. À época, minha questão de pesquisa era se o capital político construído por Indianarae em uma carreira de trinta anos no ativismo poderia ser transferido para a Casa Nem, a casa de acolhimento criada por ela, que já emergia como seu projeto de maior visibilidade. A própria Indianarae levantava essa preocupação, ao lembrar que não viveria para sempre ou que poderia se afastar da política, em busca de um merecido descanso. Assim, em continuidade, minha pesquisa de doutorado parte dos desafios enfrentados pela rede na busca pelo reconhecimento do desabrigoamento LGBTQIA+ como “causa” e seu enfrentamento enquanto política pública, até as vivências das pessoas que buscam abrigo – inclusive nos espaços que, por qualquer motivo, não fazem parte da associação.

Uma vez que a falta de dinheiro, a necessidade de formação política e de formalização, além das ameaças do entorno e das dificuldades de convívio são problemas comuns a maioria dos abrigos, é a partilha de experiências, de recursos e de orientação entre as diversas iniciativas similares pelo país que fortalece a todos, fazendo com que a rede tenha se tornado um ator fundamental no debate sobre moradia e segurança para pessoas LGBTQIA+ na atualidade. A pasta de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que pela primeira vez tem uma travesti como secretária nacional – a ativista Symmy Larrat – procura dialogar diretamente com a REBRACA para viabilizar a formalização dos abrigos como política pública através do projeto ACOLHER +, promovendo a expansão e manutenção da rede para todo o território nacional.

Este processo é dinâmico, e tensiona tanto as pessoas gestoras⁴ quanto as

⁴ Ao longo do trabalho eu opto por colocar sujeitas e pronomes no feminino, em concordância com a política antipatriarcal que é pertinente ao campo. Respeito o gênero masculino nas ocasiões em que os interlocutores assim se identificam.

peças acolhidas⁵, uma vez que as casas têm suas regras e práticas – antes forjadas nas ruas e pela necessidade – adequadas às demandas e burocracias da política institucional. É neste contexto que minha pesquisa se insere, e foi pensando em tudo isto que, após pedir ajuda de Indianarae para definir o roteiro do meu trabalho de campo, eu cheguei ao portão grafitado da Casa Florescer 1, no bairro do Bom Retiro, em São Paulo.

O portão se abria para uma área externa grande, que naquela entrada tinha espaço para alguns carros estacionados e um pequeno jardim, e se estendia à esquerda em direção ao que eu depois descobri que era uma quadra de esportes. À direita estava a casa, e logo que entrei percebi, na parede imediatamente em frente à porta e depois de uma mesa grande, um quadro com uma ilustração da personagem Dona Hermínia, do humorista Paulo Gustavo. Logo abaixo daquela imagem de um homem montado numa versão *drag* da própria mãe, estava a mensagem “SEJA BEM-VINDA AO LAR”.

Embora eu até então nunca tivesse me encontrado pessoalmente com Beto Silva, o diretor ali, foi fácil reconhecê-lo na sala porque já vínhamos conversando através do aplicativo de mensagens *Whatsapp*. Ele veio me cumprimentar, anunciando em voz alta – para membros da equipe e para algumas das conviventes que estavam na sala – que eu era um pesquisador do Rio de Janeiro e que passaria o dia ali, conversando com todos. Em seguida, ele me conduziu à sala da psicóloga Patrícia, que ficava atrás de uma porta logo na entrada, argumentando que ela poderia falar com mais propriedade sobre alguns dos aspectos técnicos do funcionamento da casa e do processo de avaliação e abrigamento das conviventes.

Apesar dos enormes problemas enfrentados por uma megalópole que recebe tanta gente diariamente, o fato de São Paulo ser a cidade mais rica do país se faz notar no sistema robusto – ainda que imperfeito, claro – de atendimento social. A Casa Florescer 1 conta com apoio da prefeitura e já está estabelecida há anos, servindo de modelo para os outros abrigos da cidade, que apesar de seus nomes e propostas específicos, sendo designados como CAE – Centro de Acolhida Especial, também são

⁵ Aqui eu falo em “pessoas abrigadas” para criar um paralelo entre as “pessoas gestoras”. Entretanto, diversos termos serão usados ao longo da tese para definir minhas interlocutoras. Dentro das casas é comum o uso de “acolhidos” e de “conviventes”, além de “abrigados”. Eu uso “desabrigadas/os/es” para falar, principalmente, das pessoas que ainda não estão alocadas em um local fixo, ou que ainda estão no início de uma trajetória de recuperação da ideia de “ser/estar na rua”, e por isso falo também de “desabrigamento” e “políticas de abrigamento”. Neste sentido, “acolhidas/os/es” e “acolhimento” denotam um estágio mais avançado nestas trajetórias (tanto as pessoais quanto a do debate público).

chamados de “Casa Florescer” 2, 3 ou 4. A Dr^a Patrícia me confirmou que o acolhimento por lá pode chegar a dois ou até três anos de permanência, pois se entende que os processos de readaptação social podem ser muitos demorados, mas frisou que o acompanhamento psicológico e de assistência social avaliam cada pessoa a cada três meses, definindo metas – tanto para a equipe quanto para a pessoa acolhida – de avaliação do tempo de permanência.

Ela pediu que Vânia, uma das conviventes, me mostrasse as instalações. Ela falou um pouco sobre sua experiência na casa e em relação à rua, elogiando a proposta do abrigo de permitir que as acolhidas fiquem no espaço por um tempo prolongado, necessário para, nas palavras dela, “organizar a vida”. Outro destaque positivo foi o fato de ela ter permissão para sair à noite para trabalhar, ao que a Dr^a Patrícia acrescentou que, apesar do estigma da prostituição e das ações de capacitação e encaminhamento profissional promovidas na casa, existe a avaliação de que uma interrupção abrupta da atividade seria contraproducente para a permanência das pessoas no espaço. Depois eu fui convidado a almoçar com as acolhidas e conversar sobre a pesquisa no ambiente informal da mesa, o que foi ótimo para “quebrar o gelo” depois que Beto tinha me apresentado como um “pesquisador importante”, o que deixou as meninas curiosas. Foi durante o almoço que eu reparei em uma moça de blusa vermelha e cabelos curtos, que por algum motivo me parecia familiar, mas que demorei a reconhecer. Era Alice.



Fig. 1. Eu e as mulheres da Casa Florescer 1 conversando depois do almoço. Alice é a de blusa vermelha, à direita.

Embora a nossa conversa no Rio tivesse ocorrido apenas três meses antes, ela tinha ganhado peso, estava visivelmente mais saudável e bem cuidada, notadamente porque os cabelos – antes sem trato – estavam pintados e penteados. Depois que conversamos de novo ela falou sobre que já conhecia a Casa Florescer de ouvir falar e que, por isso, tinha juntado dinheiro para ir para São Paulo e buscar o abrigo ali, depois de ficar sabendo através de amigas que São Paulo oferecia mais oportunidades de auxílio. Ainda assim, ela se mostrou um pouco desconfiada ao falar comigo, temendo que minhas perguntas fizessem parte de algum tipo de avaliação que pudesse colocar em risco sua permanência ali.

Eu passei um ano no Rio, eu fui lá pra morar. Mas quando eu vi que tava tudo ruim, tudo fechado., eu fiquei lá perdida, constrangida... e assim, eu tenho vergonha de sair perguntando, aquele medo... e *cê* sabe né, que hoje em dia ninguém quer dar uma informação., aí eu fiquei lá um pouquinho, passou a abstinência. Quer dizer, eu acho, né? Já tinha limpado meu sangue, né, seis meses já sem usar nenhuma droga, mas passando necessidade, dormindo na rua, no relento, sendo perseguida... aí eu peguei minhas coisas e vim embora. Aí eu fui indicada pra vir pra cá pra Florescer, faz dois meses. Aí pra mim, até agora, não tô vendo nada de mau. Ainda não tô recebendo auxílio, só o abrigo, e olhe lá! Mas eu que tô correndo atrás, por mim mesma, de ver se arrumo alguma coisa de trabalho.

Alice, em entrevista na Casa Florescer 1, Janeiro de 2025.

. Ela disse que “por causa de um negócio” que deram para ela, tinha levado uma advertência, mas que “nem tinha usado”, o que me fez entender que sua desconfiança em relação à nossa conversa era porque tinha sido flagrada portando drogas, o que poderia resultar na expulsão do abrigo. Eu naturalmente não tinha elementos além de seu relato para pensar a questão, mas, como já disse, ela parecia visivelmente mais saudável e eu provavelmente queria acreditar em sua recuperação.

Quando conheci Alice na calçada do abrigo mais próximo da minha casa, eu me lamentava porque aquela porta estava fechada não só para ela, mas também para mim. Achei absolutamente fantástico encontrar com ela logo em minha primeira visita fora do Rio, e fiquei duplamente feliz, já que para mim era um sinal inequívoco de que minha pesquisa tinha encontrado um caminho e de que ela, que tanto buscava por um, também. Naquela casa onde podia conversar com outras travestis e seguir seus projetos sem se preocupar em passar o dia na rua, ela florescia. Assim, sem saber, ela me ajudou a olhar para o trabalho com mais confiança, com um pouco mais de certeza de ele pode ajudar quem precisa. Que pode ser uma via para que histórias invisibilizadas possam finalmente ser ouvidas.



Fig 2. Alice na Casa Florescer 1, São Paulo, Janeiro de 2025 – Registro de campo

O letramento político proposto por estes espaços reside na instrumentalização das categorias de gênero e sexualidade, em articulação às estratégias de ativismo que pautam as políticas de direitos e as causas identitárias⁶. Assim, como muitas das casas de acolhimento surgem em ocupações irregulares e frequentemente são indesejadas e estigmatizadas pelos moradores do entorno, a ajuda, a permanência e a eventual formalização dos abrigos depende de uma disputa narrativa que coloque as pessoas acolhidas – ou seja, sujeitos extremamente marginalizados – no centro da gramática da luta por direitos. Acontece que, naquilo que meu trabalho ilustra, a identificação com determinadas categorias não ocorre de maneira homogênea, até porque a política de identidades não parece mais dar conta da multiplicidade de vivências que podemos observar.

Segundo Facchini, Carmo e Lima (2020), as acusações alarmistas – e

⁶ Quando falo em um “uso estratégico do vocabulário da luta por direitos”, refiro-me à sensação que experimentei em campo de que as pessoas com quem conversei, que em sua maioria vivem à margem de trânsitos sociopolíticos mais comumente associados à experiência LGBTQIA+ urbana, aprendem rapidamente a articular categorias na busca por recursos. Neste sentido, trabalhos como os de Boltanski & Thévenot (2020), Cefaï (2009), Brah (2006) e Brubaker & Cooper (2012) foram fundamentais para a reflexão sobre o que considero outra faceta destas identidades lapidadas pela precariedade.

estigmatizantes – de uma **fragmentação identitária** no Movimento LGBTQIA+ ignoram o processo natural de **descentramento**. O “sujeito único” do movimento, estrategicamente centrado na pauta da orientação sexual, se multiplica pela interpelação interseccional, que joga luz sobre as demandas específicas e sobre as divergências e tensões que antes eram consideradas menos urgentes. Assim, tal qual ocorreu nos movimentos feminista e negro, as primeiras conquistas dos anos 1970 e 1980 estimularam outros sujeitos a lembrar que suas identidades enquanto “mulheres”, “negros” ou “homossexuais” existiam em articulação com outras categorias de identificação e marcadores de igual relevância.

O reconhecimento socioestatal e a consequente disputa por recursos fez com que a delimitação de identidades ganhasse ênfase, criando a demanda por pontes entre as classificações oficiais e as formas de autoatribuição encontradas nas bases. As gramáticas estatais, incorporadas pelos movimentos, passaram a incluir um vocabulário marcado por categorias como segmentos, especificidades e transversalidades, enquanto as paradas do orgulho e a crescente representação cultural de pessoas LGBTQIA+ na mídia ajudaram, mesmo que privilegiando os homossexuais masculinos brancos, a mostrar que essa população era muito mais plural.

É neste contexto que as pessoas acolhidas se encontram, o tempo todo, instadas a acionar seus marcadores de diferença – e vulnerabilidade – para lutar por direitos. Wasser e França (2021) chamam de “sexílio” a articulação entre as trajetórias de exílio, imigração e pauperização e as fragilidades dos dissidentes de sexo e gênero. Assim como a lgbtifobia é, geralmente, o ato de violência que fundamenta a percepção da diferença e a subjetivação de uma identidade LGBTI+, ela é também “o marco inicial das trajetórias de expulsão que levam as pessoas LGBTI+ para a rua”. Dessa forma, não é de espantar que a identificação enquanto parte da comunidade LGBTQIA+ assuma uma posição de primazia em relação a outras identidades e categorias classificatórias, o que não significa que as pessoas que encontrei nos abrigos também não sofram com o racismo, o estarismo e outras formas de violência.

Eu fui muitas vezes à Casa Florescer 1, e tive o prazer de conversar com muita gente, participar de atividades e ver como a convivência ali é construída no cotidiano. Uma das moradoras que mais me chamou a atenção foi Larissa. Por ser uma mulher mais velha e que já morava lá há algum tempo, ela era respeitada como uma figura materna pelas convivente mais jovens, e ajudava a equipe especialmente

na tarefa de receber as recém-chegadas e facilitar a adaptação. A conversa com ela foi reveladora.

“Gay não gosta de travesti”, “Travesti não gosta de mulher”, “Travesti bonita é travesti odiada”, olha só! A galera cria esses bordões e fica reproduzindo isso assim... a pessoa nem sabe, repete que nem papagaio. Eu, por exemplo, sofro um preconceito por eu ser distinta. Aí dá impressão de eu não preciso de ajuda, não preciso de nada. Por que sou branca, tenho prótese, sou passável... imagina, eu sou a que me lasquei na vida, a que foi empurrada pra marginalidade, pra vulnerabilidade, é por isso que eu tô aqui. Tem a idade... então ficam essas disputas, essas coisas tóxicas da sociedade, critérios binários...eu já tive autonomia, trabalhei mais de 30 anos, eu reformava carros antigos... mas entrou a pandemia e sumiu todo mundo, tive que começar a vender as coisas. Aí atacou a depressão, quando eu cheguei aqui eu tava um bagaço! Agora eu estou melhor, mas ainda não dá pra trabalhar, a saúde não permite mais. Aí ocupando a mente me tira desses pensamentos, de tanto desgaste, por isso que eu ajudo aqui. Pra ver se meu corpo se recupera, mas hoje eu limpei aqui o quarto e a sala, aí já não aguentava mais. Mas a cabeça está boa, então eu preciso ocupar.

Larissa, em entrevista na Casa Florescer 1, Janeiro de 2025.



Fig 3. Larissa na Casa Florescer 1, São Paulo, Janeiro de 2025 – Registro de campo

Outra coisa surpreendente que Larissa me disse foi que, apesar de ter uma boa relação com pessoas da família – incluindo filhos e netos – ela não desejava, pelo menos naquele momento, sair do abrigo. Depois de dois anos ali, se sentindo plenamente integrada, ela pensava na Casa Florescer 1 como seu lar. O que ela tinha comentado sobre o peso da idade em seu corpo me fez pensar que, uma vez que ela tinha se mostrado uma pessoa tão reflexiva, a afirmação poderia ser também uma maneira de lidar com o fato de que provavelmente não poderia voltar ao trabalho de antes lá fora, o que fatalmente afetaria suas possibilidades de viver com conforto. Ainda assim, a minha surpresa com sua fala não vinha de um lugar de descrédito, mas de admiração pela maneira como ela colocava as coisas.

A causa da casa

A Casa Florescer 1 foi a primeira parada de um trabalho de campo que me fez percorrer grande parte do país, buscando compreender não apenas a rede institucionalizada de casas de acolhimento representadas pela REBRACA, mas também a rede de questões que faz com que todos os abrigos e todas as pessoas acolhidas estejam ligadas em torno desta “causa”. Ao pensar o processo biopolítico de produção da precariedade que coloca (determinadas) pessoas LGBTQIA+ nas ruas, viso refletir sobre aspectos relativos à sexualidade, às perspectivas de trânsito social, códigos morais, noções de gênero, capital político e carreiras no ativismo, além do processo de transformação de demandas em “causas” e destas em políticas públicas.

Aguião (2018), analisando duas edições da Conferência Nacional LGBT – ocorridas durante os governos do Partido dos Trabalhadores – nota que entre os eventos os participantes “aprimoraram técnicas de discurso, adquiriram mais competência em códigos e linguagens e aprimoraram o manejo do capital pessoal, político e partidário disponível” (p. 52). Ela chama esse processo de “pedagogia político-participativa”, pois a instrumentalização de discursos e performatividades em relação às demandas do movimento social e às rotinas administrativas do governo tanto elegem as figuras legítimas de reivindicação quanto as reivindicações que devem ser atreladas a determinadas identidades.

Segundo a autora⁷, “o Estado” não deve ser entendido como uma unidade coesa, pois seus regimes de produção e funcionamento envolvem processos com dimensões performativas. Ou seja, é preciso olhar para “as formas através das quais o Estado produz os sujeitos que governa (ou administra), mas também para o processo de constituição desses sujeitos como parte de um fluxo contínuo de produção do próprio Estado” (p. 54). São as relações entre ONGs, movimentos sociais estruturados em diferentes formatos e acadêmicos interessados em refletir sobre atores e objetos multifacetados que ela entende não só como a “população LGBTI”, na forma convencional utilizada pelo governo, mas como o campo que envolve as “políticas LGBTI”.

Em um artigo mais recente (Aguião, 2020) ela lembra a formulação de linguagens e o caráter dinâmico das disputas representacionais desse campo que entrelaça determinados sujeitos a determinados direitos. Ela chama de “incorporação progressiva de sujeitos e direitos” o processo contínuo de apontar especificidades e incluir a diversidade, o que leva às inevitáveis disputas internas sobre identidade e legitimidade, especialmente quando existe a disputa por recursos escassos, o que aciona “marcadores como classe, local de moradia, origem regional, raça, etnia, religião, entre outros, como capital político-simbólico” (p.152).

Por fim, ao pensar sobre as políticas LGBTQIA+ no contexto atual, a pesquisadora lembra que apesar dos ataques e até mesmo do desmonte de grande parte do aparato erguido nos últimos anos não é possível simplesmente apagar ou ignorar o que já foi conquistado. O novo vocabulário e o repertório político de reivindicação e afirmação de direitos está conformado e, apesar do momento hostil, “a produção da representação de uma coletividade como sujeito político relaciona-se ao acionamento da polissemia de linguagens que compõem o fazer e o desfazer de direitos” (p. 157). Assim, ela enfatiza que “se empurramos as margens, movimentando os limites do aceitável/inaceitável em termos de preconceitos, discriminações e opressões diversas” (p. 159) é possível vislumbrar futuros caminhos e significados de atuação.

Facchini (2020) enxerga um descrédito na possibilidade de obtenção de direitos por vias estatais e críticas à noção de “movimentos sociais” com foco em ações diretas e na carreira de lideranças carismáticas, com uma diferenciação entre “ativistas” e

⁷ Estou privilegiando a definição de Estado apresentada no trabalho citado porque é suficiente para a ambição deste projeto. Contudo, a questão é amplamente debatida por autores como Ludwig Von Mises, Pierre Balandier, Clifford Geertz, Phillipp Abrams, Bourdieu, Elias, etc.

“militantes” que alude, respectivamente, a atuações individuais ou coletivas. Nesse sentido, “grupos de sociabilidade podem se converter em fóruns nos quais integrantes se reconhecem como ativistas, fazendo com que todos sejam ao mesmo tempo público interessado nas ações e potenciais agentes” (p. 55).

Com o aumento da visibilidade do conservadorismo, ganharam centralidade enquadramentos nos quais as coreografias mais irreverentes dos corpos-bandeira dão lugar à ênfase na dor e no sofrimento. Aqui emergem as figuras das mães de LGBTI; as de LGBT periférico(as), das travestis e das(os) transexuais, das pessoas intersexo e das(os) gays e trans vivendo com HIV. Em paradas do orgulho, representações de tais grupos ganham destaque ou formam blocos, ampliando sua visibilidade. (...) Coletivos LGBTQIA+, que entrecruzam lutas antirracistas, focando sujeitos *periféricxs* ou a sorofobia, encontram *cura* no acionamento da experiência e de *coreografias transgressoras* a partir de corpos-bandeira. Corpos-bandeira são também acionados na composição de candidaturas e mandatos coletivos. (FACCHINI, 2020, p. 58)

É neste contexto que a ocupação das ruas por “corpos diversos” é compreendida como ato político, o que é validado através das ações militantes que acontecem nos abrigos, como eventos culturais e paradas. Contudo, as pessoas não podem viver na precariedade o tempo todo “para incomodar”, então os abrigos funcionam como “casas-corpo” que se destacam na passagem urbana, servindo tanto para proteger as pessoas vulneráveis quanto para dar visibilidade às suas existências e necessidades.

Considerações finais

Todas e todos fazemos de conta que não sabemos, mas nenhum de nós mora realmente em uma cidade. (...) Cedo ou tarde, (...) teremos que voltar para casa, porque é sempre e apenas graças a e dentro de uma casa que habitamos este planeta. (...) A vida que tenta coincidir com o espaço urbano, habitando-o sem mediações, está fadada a morrer: o único cidadão verdadeiro e absoluto da cidade é o sem-teto, o morador em situação de rua; é a vida vulnerável, aquela que, por definição, está exposta à morte.

Emanuele Coccia,
FILOSOFIA DA CASA (introdução, pp. 13-14)

Muitas das pessoas que conheci nos abrigos sentem que “carregam a rua” mesmo depois de meses ou até anos sob algum teto e com um mínimo de segurança alimentar. Dessa

forma, suas histórias de vida e a reflexão sobre uma “subjetividade desabrigada” servem, também, para desenhar uma cartografia das trajetórias de vulnerabilização LGBTQIA+ e dos caminhos que os debates sobre nossos direitos conseguem seguir. Eu não quero, necessariamente, criticar os caminhos, as estratégias e os resultados do movimento LGBTI+ institucionalizado, mas acho importante que as vozes das pessoas LGBTQIAPNB+ desabrigadas demonstrem como o sucesso de jeitos específicos de “ser LGBTI+” também reforçam estruturas de exclusão que deixam várias pessoas à margem.

Acredito que a política de direitos, especialmente nos momentos em que precisamos negociar com *os outros*, ainda tem um longo caminho até dar conta de suas multiplicidades – e das diversas demandas específicas – e se traduzir em uma política de igualdade em sentido literal. É com o acúmulo destas questões que compreendo, enfim, o caminho que me foi apontado a partir do meu encontro com Alice e depois com Larissa e as outras. As especificidades do desabrigoamento entre pessoas LGBTQIA+ oferecem um campo riquíssimo para discutir o movimento civil e o pertencimento, isto é claro. Contudo, é ao articular a minha trajetória de pesquisa com as trajetórias de pessoas que foram vulnerabilizadas apenas por ser quem são, e levando em conta as trajetórias de outras ativistas que tomaram para si a missão de abrigar essas pessoas que enxergo a cartografia que esta tese pretende traçar. Assim como eu e Alice estávamos naquela dia, muitos destes caminhos e destas histórias estão à sombra, pois acredito que o desabrigoamento é a materialização de um processo de exclusão mais amplo. Jogar luz sobre eles é então, para mim, tanto uma proposta de pesquisa quanto um projeto ativista.

Referências Bibliográficas

AGUIÃO, Silvia. Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

BRAH, Avtar. “Diferença, diversidade, diferenciação”. Cadernos Pagu (26), Campinas, SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, pp. 329-376, 2006.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. “*Muito prazer, eu existo!*” Visibilidade e Reconhecimento no Ativismo de Pessoas Trans no Brasil. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

COCCIA, Emanuele. Filosofia da Casa. Dartes, 2025.

DaMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FACCHINI, Regina. De homossexuais a LGBTQIAP+: Sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. (Orgs.). Direitos em disputa: LGBTI+ - Poder e diferença no Brasil contemporâneo: Unicamp, 2020.

FRASER, Nancy. Da distribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, pp. 231-239, 2006.

HONNETH, A. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

LIMA, Andressa Lídicy Morais. “Okupar, resistir, insistir”: Uma etnografia das práticas de ocupação urbana – Fortaleza/Ceará. Dissertação de Mestrado, Programa de Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

LONGO, Fabricio. Corpolítica Transvestigênera: O pluriativismo LGBTQIA+ em uma etnografia sobre Indianarae Siqueira e a CasaNem. 2022. 140f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2022.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, São Paulo, pp. 287-308, 2007.

QUINALHA, Renan. Movimento LGBTI+: Uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

WASSER, N. & FRANÇA, I. O medo de voltar para casa: revisitando o nexo entre (homo)sexualidades e deslocamentos a partir do conceito de sexílio. Sexualidad, Salud

y Sociedad – Revista Latinoamericana. n. 37 (2021), e21217